

**ACTA**

Aos sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Domingos Bragança, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Vereadora Francisca Abreu fez uma apresentação sobre o desempenho escolar no concelho de Guimarães onde conclui que os resultados obtidos pelos alunos a frequentar o ensino básico nas escolas públicas do concelho, nas provas de exames nacionais no ano lectivo 2009/2010, expressos nas classificações obtidas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e na taxa de retenção, demonstram uma inversão da tendência que situava o desempenho escolar do concelho abaixo da média, uma vez que os alunos dos estabelecimentos de ensino de Guimarães tiveram um desempenho escolar superior à média nacional. -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Em reunião do seu

Conselho Geral, no passado dia 29 de Março, foi aprovada, por unanimidade, uma moção onde é *"recomendada ao Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães uma maior atenção aos temas da comunicação e do envolvimento da cidade e das suas instituições no projecto da CEC2012. De acordo com as intervenções dos conselheiros, esta é uma questão sensível que exige melhorias rápidas e eficazes."* De acordo com o Conselho Geral, *"com imaginação e persistência, compete á Fundação e às entidades que a instituíram, a Câmara Municipal e o Ministério da Cultura, cooperarem no sentido de assegurarem uma adequada audição de todos os interessados nas orientações da Capital da Cultura. O Conselho Geral recomenda, em especial, que seja estreitada a cooperação entre a Fundação e a Câmara, nomeadamente através da Vereadora da Cultura.... que promova uma reflexão estratégica com vista a adoptar práticas que permitam uma ligação reforçada entre a CEC2012 e os agentes culturais, económicos e sociais de Guimarães e da região, que procure melhorar a articulação com o Ministério da Cultura e que faça o necessário para projectar de forma continuada e activa, nacional e internacionalmente, a CEC 2012."* Neste sentido, e segundo o Comércio de Guimarães de 6 de Abril, a Administração da Fundação Cidade de Guimarães, promete responder dentro de duas semanas ao Conselho Geral, sobre o problema da falha de comunicação com a comunidade local. O professor João Serra, citado pelo mesmo jornal, disse, que este problema já tinha sido referenciado pela Vereadora da Cultura em reunião de 16 de Março do Conselho de Administração, *"não havendo a capacidade para antecipar o tema com a rapidez aconselhada."* Perante o exposto, que traduz na íntegra aquilo que se ouvia e sentia na sociedade vimaranense, questionámos a câmara sobre a atitude



que pretende tomar em relação aos outros pontos referenciados na moção do Conselho Geral e que têm a ver com a necessidade de uma maior envolvência da comunidade local e as suas instituições com a CEC2012. Questionamos também, qual o modelo para que a cooperação entre a Câmara Municipal e a administração da FCG, recomendadas pela moção, tenha eficácia. A vereadora da cultura, membro não executivo no CA da FCG, por inerência do cargo, vai ter mais competências? São dúvidas que colocamos e gostaríamos de ver esclarecidas. Para nós, já houve demasiado tempo perdido com questões que pensaríamos estarem resolvidas. Lembramos que ao longo de todo este processo, tivemos sempre uma atitude de participação positiva, adicionando vontades em torno deste projecto que, pese embora algumas discordâncias na sua forma, no seu conteúdo e na sua metodologia, nunca deixamos de considerar de extrema importância para o desenvolvimento cultural do nosso concelho. Assim, pensamos que, para concretizar e garantir as preocupações da envolvência da comunidade local, tornando a Capital verdadeiramente Nossa, objectivo claramente expresso na Moção do Conselho Geral, e para não repetir a possibilidade de saírem mais uma vez goradas as expectativas criadas em torno deste evento, até porque o tempo já não permite experiências ou hesitações, pensamos que é mais que tempo de encararmos com um outro olhar, diferente e bem mais crítico, para os actuais estatutos que regem o funcionamento da FCG. A Câmara, e todos os partidos da oposição, agiram de boa fé mas com excesso de confiança em relação às virtudes do modelo de gestão do processo de programação da CEC, tendo esquecido algo, que hoje nos parece fundamental: a criação de mecanismos eficazes de escrutínio da orientação e das decisões do CA da FCG. A ideia de

que o modelo escolhido "corporiza o envolvimento da sociedade civil num projecto único de dimensão nacional", como se lê no decreto que cria a FCG, não está consagrada nos respectivos estatutos, por se não prever a possibilidade de adesão de fundadores. Hoje é claro que os actuais estatutos não servem nem garantem os interesses das entidades fundadoras, a Câmara Municipal de Guimarães e o Ministério da Cultura, nem os dos vimaranenses, pelo que se impõe, na nossa opinião, com alguma urgência, o início do processo da sua revisão". **2 – Vereador André Coelho Lima** – Referiu a situação da Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, que já havia abordado há cerca de dois meses atrás, na reunião de Câmara de 10 de Fevereiro de 2011, recordando que nessa altura havia alertado para a deficiente condição daquela via, atendendo a que, em cerca de 70% da sua extensão, não permite, tampouco, o cruzamento de dois automóveis, tendo mesmo referido ser inadmissível que numa via que dista cerca de 50 m de uma zona que será requalificada no âmbito das intervenções da CEC/2012 (Largo da República do Brasil ou Campo da Feira), não seja sequer permitido o cruzamento de automóveis. Continuou, dizendo que esta situação é ainda mais incompreensível quando ainda muito recentemente foi construído um edifício de habitação novo (edifício Portas do Condado), que é servido essencialmente por esta via, que apresenta uma configuração própria de aldeias ou e não já no século XXI. Recordou, ainda, que em resposta, na altura, o Presidente de Câmara informou que a Autarquia já havia encetado diligências para solucionar essa questão, e que a situação se revestia de particular dificuldade atendendo a que os proprietários dos terrenos que permitem o alargamento da via são instituições de solidariedade social, que dificilmente cederiam o seu terreno



para alargamento da via. Assim, informou que se dirigiu às duas instituições em causa – Obra Social do Sagrado Coração de Maria (Vila Pouca) e Centro Juvenil S. José – tendo sido informado, por ambas as instituições, que nenhuma delas havia sido abordada pela Câmara de Guimarães com vista a uma negociação tendente a permitir o alargamento da dita via. Mais referiu que lhe foi dito, pelos dirigentes de ambas as instituições, que não se oporiam a tal intenção uma vez que consideram que a Rua D. Domingos da Silva Gonçalves se encontra já em condições desadequadas ao tráfego automóvel que pela mesma circula. Em face destas informações, e por serem contraditórias com as prestadas pelo Presidente de Câmara, perguntou qual era efectivamente a intenção da Câmara face a esta via. **3 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “A minha intervenção será curta trata-se somente de um alerta que queria que ficasse registado. Numa época com especial significado para a nossa cidade e para o nosso concelho, onde um em conjunto de obras e de investimentos estão a ter lugar para a CEC 2012 e, em que se assiste, igualmente, ao esforço de alguns proprietários para recuperar as fachadas dos seus prédios, será desejável que, tal como está a ser feito com a Vimágua, exista alguma articulação com as empresas de comunicações para se evitar o espectáculo degradante em que estão a ficar muitos prédios da cidade onde um emaranhado de fios, alguns já sem utilidade se acumulam, outros ainda são cortados quando os moradores resolvem mudar de operador e, ficam parcialmente dependurados sem que se lhes adivinhe uma nova finalidade. O levantamento destas situações e a intervenção da CMG é não só é necessária como é urgente nas zonas adjacentes aos novos ou

reabilitados equipamentos da CEC. Uma nova cidade de “cara lavada” é certamente uma preocupação de todos nós e contribui para deixar a imagem de uma cidade bem cuidada para quem nos visita”; **b)** – Perguntou quando seriam deslocadas as oficinas da Câmara Municipal existentes em Creixomil, em frente à Igreja, numa das entradas da cidade; **4 – Vereador José Manuel Antunes** – **a)** – Questionou o Executivo sobre o projecto de intervenção previsto para a zona de Mouril, na freguesia de Silvares, lembrando que, passados dois meses sobre o acordo relativamente ao contrato de urbanização de Silvares que calendarizava as obras a levar a cabo, a rotunda ainda não sofreu qualquer alteração; **b)** – Referindo uma deliberação tomada em reunião de Câmara de 24 de Março de 2011 respeitante ao pagamento de uma guia de débito da AMAVE sobre as viaturas de recolha de resíduos sólidos disse que deveria ser instaurado um inquérito no sentido de esclarecer a situação e de se apurar responsabilidades. **5 – Vereadora Alexandra Gesta** – Deu uma explicação do Projecto Leonardo Da Vinci como um programa de boas práticas na área do património. **6 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções, esclareceu: **a)** – Sobre as relações da Fundação Cidade de Guimarães com a comunidade, disse que estão a ser trabalhados todos os aspectos que estão a correr menos bem. Acrescentou que a alteração dos Estatutos da Fundação não seria um procedimento fácil, mas, porventura, não será precisa; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que, aquando do Mandato do então Vereador da área, António Castro, houve tentativas de negociações que não foram possíveis de concretizar. -----  
De seguida, o Vereador André Coelho Lima solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido recusado pelo Presidente da Câmara, pelo



que aquele Vereador recorreu para o Plenário para apreciação desta decisão. Nesta sequência, o Presidente da Câmara colocou à votação a decisão de retirar a palavra ao Vereador André Coelho Lima tendo a proposta sido aprovada por maioria, após repetição da votação, com os votos contra dos Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima e abstenção do Vereador José Torcato Ribeiro. -----

Sobre as demais intervenções o Presidente da Câmara esclareceu:

**c)** – Quanto ao emaranhado de fios de telecomunicações em algumas fachadas de prédios do Centro Histórico disse que a situação estava a melhorar, estando essa responsabilidade a ser assumida pela Câmara e levada à prática; **d)** – Sobre as Oficinas da Câmara de Guimarães localizadas junto das instalações da Cooperativa Agrícola, em Creixomil, disse que deverão ser transferidas para a freguesia de Aldão logo que se possa levar à prática a mudança da feira dos grossistas, situação que poderá verificar-se a médio prazo; **e)** - Sobre a situação de Silves, disse que o assunto está a ser acompanhado pelo Vereador do Departamento de Obras Municipais que está hoje ausente por se encontrar a representar a Autarquia na cidade de Zagreb, na Croácia. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do início, na próxima segunda-feira, das obras de construção da segunda fase da horta pedagógica, que irão prolongar-se por mais quatro meses. Disse, a propósito, que a intervenção abrange uma área de quase três hectares, criando mais vinte e cinco canteiros, junto ao espaço onde já existe a horta pedagógica em Creixomil, duplicando-se a área, que irá abranger as duas margens do ribeiro que atravessa a Veiga de Creixomil. **2** – De um artigo publicado

no jornal "Público" sobre alergias características da Primavera. **3** – Disse que o escritor Fernando Vieira de Sá, ofereceu à Câmara Municipal um livro sobre Cabras, que vai ser oferecido a todas as Juntas de Freguesia que celebraram Protocolo com o Município para a limpeza de terrenos com rebanhos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

**1** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 25 de Março de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "**ESCOLA EB1 DE TEIXUGUEIRA, FREGUESIA DE SILVARES – USUCAPIÃO – PROCº RP/09/2009** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Silvares: Prédio urbano situado na Rua Padre António Ribeiro, da freguesia de Silvares, com a área total de 3.000,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1519, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 16 de Março de 2011, com o valor patrimonial tributário de €392.020,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 30 anos que o Município de Guimarães, tem vindo ininterruptamente a utilizar e a fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria, exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o



Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior"; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Março de 2011, que adjudicou a Prestação de Serviços – Licenciamento de uma infraestrutura de base de dados para implementação de solução de alta disponibilidade entre o Município de Guimarães e o Vale do Ave Região Digital à empresa Normática, pelo valor de €187.540,73 (cento e oitenta e sete mil quinhentos e quarenta euros e setenta e três euros) + IVA; **3** – Da seguinte informação do Presidente da Câmara: "A ARS – Norte propôs à Câmara Municipal a elaboração de um projecto, que denominou de "Guimarães Saudável", com o qual pretende desenvolver um conjunto de acções inovadoras para proteger o futuro da saúde dos vimaranenses. Nesse projecto pretende concretizar várias parcerias que serão estabelecidas através de uma Declaração de Compromisso a ser subscrita por diversas entidades públicas e privadas. A concretização deste projecto seria um primeiro passo para a integração de Guimarães na Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis e na Rede europeia de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS). Como exemplos de programas a avançar, foram apontados: a) Oferta alimentar promotora da saúde com a certificação de pratos saudáveis e participação dos estabelecimentos de restauração mais emblemáticos da cidade que seriam incluídos em percursos pedonais culturais. b) Promoção da saúde mental em idosos com a edição de jogos originais. c) Acções de marketing social em saúde, visando a mudança de comportamentos. Considerando o interesse dos fins propostos, informo a Câmara Municipal desta pretensão

da ARS – Norte e proporei a sua subscrição, de acordo com proposta a apresentar em data posterior e que definirá os compromissos concretos a assumir.” **4** – Do ofício da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A. remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2010, aprovado em Assembleia-Geral realizada a 29 de Março, acompanhado da respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira por não ter estado presente na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 24 de Março de 2011 a “Casais – Engenharia e Construção, S.A.”, pelo valor de €12.889.379,99 (doze milhões oitocentos e oitenta e nove mil trezentos e setenta e nove euros e noventa e nove cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, André Coelho Lima e Luísa Oliveira. -----

**OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1/JI DO MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR –**



**REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de Abril de 2011, que aprovou a repartição da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €1.100.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.29. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “**Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, SA**” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 25/03/2011, pelo preço de **€2.098.575,90 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2011** – €892.552,05 + IVA = €946.105,17; **Ano de 2012** – €1.206.023,85 + IVA = €1.278.385,28.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1/JI DO MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR – ADJUDICAÇÃO** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “**Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, SA**”, pelo preço de **€2.098.575,90** (dois milhões, noventa e oito mil quinhentos e setenta e cinco euros e noventa cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 365 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Nas Grandes Opções do Plano e

Orçamento, nomeadamente no seu Plano de Actividades para o ano de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectivas Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio. Deste modo, coube a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Propõe-se, assim, a aprovação dos protocolos a estabelecer com cada Junta de Freguesia – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS e PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO NA EXECUÇÃO DE OBRAS NA FREGUESIA, conforme minutas que se juntam em anexo, bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. As minutas dos protocolos, bem como o mapa de repartição de apoios dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “Os vereadores do PSD votaram a favor a celebração de protocolos de delegação de competências e de atribuição de subsídios pelo respeito que todas as Juntas de Freguesia nos merecem, bem como as suas legítimas escolhas. Lamentamos, contudo, que na maior freguesia do concelho, o seu executivo maioritário não tenha abdicado da sua pretensão contestada nos órgãos próprios pelos eleitos pelo PSD. Sendo Creixomil a freguesia do concelho onde se assistiu, nas últimas décadas, à instalação de um elevado



número de equipamentos de utilização colectiva e, onde ainda no âmbito da CEC 2012 estão em curso um conjunto de obras que vão melhorar e diversificar a oferta à comunidade, consideramos completamente inadequado que se gaste o valor mais elevado atribuído no concelho à reabilitação da sede de uma Junta de Freguesia, cujo imóvel e sua localização não merecem que, no mesmo, se gaste semelhante valor para o dotar de condições que poderão vir a ser encontradas e optimizadas noutros equipamentos dentro da mesma freguesia. Num momento de crise não só denota má gestão dos dinheiros públicos, como falta de ambição para uma freguesia que é uma das portas de entrada na cidade e, onde, há muito tempo, se exigem intervenções urbanísticas que lhe confirmem a dignidade de uma freguesia urbana, com um passado histórico reconhecido e a valorizar. A Rua dos Cutileiros merece outro tipo de intervenção, mas nunca este sinal de “novo-riquismo” de querer ter um palácio numa rua onde os passeios são irregulares, o trânsito e o estacionamento são caóticos. Mais uma vez o que aqui se verifica é a falta de sentido colectivo, sensibilidade e sensatez de políticos que não são capazes de adequar pretensões, que até podem ter alguma legitimidade mas têm seguramente falta de sentido de oportunidade. Gostaríamos ainda de acrescentar que, por uma questão de coerência com a postura dos eleitos pelo PSD na referida freguesia, não podemos aceitar a falta de capacidade de diálogo e abertura que manifesta esta pretensão, acolhida no seio da Câmara, a quem compete respeitar anseios mas orientar os mesmos com critérios de razoabilidade e bom senso, enquanto vereadores também nos sentimos na obrigação de alertar o executivo para esta postura na sua qualidade de entidade que delega competências e atribuição de verbas”. -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO LOGRADOURO DA ESCOLA EB1 DE CALVOS** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Em 2002 o Município informou a Confraria do Imaculado Coração de Maria e Santa Quitéria que pretendia adquirir o terreno necessário à ampliação do logradouro da escola acima referenciada, pelo valor de 14,70€/m<sup>2</sup>. Como contraproposta, a indicada Confraria, veio reivindicar o pagamento de um valor de 55,20€/m<sup>2</sup>, para o terreno pretendido pela autarquia. Em 2003 um representante da mencionada entidade religiosa, solicitou a indicação de um valor máximo que a autarquia pudesse aceitar pagar. Em 2007, o mesmo perito externo ao Município que tinha efectuado a primeira avaliação, veio indicar como valor máximo admissível para a compra do terreno o preço de 23,53€/m<sup>2</sup>. Assim, em 2009, foi comunicado à Confraria de Santa Quitéria, que a Câmara Municipal de Guimarães estaria disposta a pagar €38.400,00, pelos 1.632m<sup>2</sup> de terreno, entretanto ocupado e vedado. Como resposta, aquela entidade religiosa veio indicar que iria proceder à instrução do seu processo conforme os seus Estatutos, para dar uma resposta definitiva à proposta camarária. Sucede que no início do corrente mês a mencionada Confraria, veio indicar a aceitação do preço proposto pela autarquia. Nestes termos, propõe-se que seja deliberado em reunião de Câmara, adquirir à Confraria do Imaculado Coração de Maria e Santa Quitéria, nos termos do art.º 11º do Código de Expropriações, uma parcela de terreno com a área de 1632m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio registado na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 00.511/Calvos e inscrito na respectiva matriz rústica sob o art.º 47º, a confrontar do Norte com terreno sobrance, do Sul e Nascente com terreno da Escola EB1 e do Poente com terrenos do



domínio público, pelo preço de €38.400,00. Esta parcela destina-se a ampliar o logradouro do prédio urbano inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 110º, pelo que após a aquisição, este prédio ficará com a seguinte composição: área coberta de 154m<sup>2</sup> e descoberta de 3.588m<sup>2</sup>, confrontando do Norte com terreno da Confraria do Imaculado Coração de Maria e Santa Quitéria, do Sul, Nascente e Poente com terreno do domínio público. À consideração superior.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**VISTORIAS ADMINISTRATIVAS – PRÉDIO SITO NO GAVETO DA RUA DA CALDEIROA E AVENIDA D. AFONSO HENRIQUES N.º 16, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – GUIMARÃES –**

**(PROC. V. A. Nº 38/04)** – Presente a seguinte proposta do Vereador César Machado: “No âmbito do processo de vistorias administrativas em referência, foi realizada uma vistoria na sequência da qual se verificou a necessidade de serem executadas obras no prédio sito no Gaveto da Rua da Caldeiroa e Avenida D. Afonso Henriques, nº 16. As obras em causa são as descritas no auto de vistoria de fls. 24 a 28, do dito processo, que aqui se considera reproduzido. Por despacho de 19/09/2005 (fls. 48 a 50 do processo), que também aqui se dá por integralmente reproduzido, foi ordenado aos proprietários do prédio a realização das obras necessárias no prazo de 60 dias. Notificados para o efeito, os proprietários não executaram as obras determinadas no prazo fixado, nem as iniciaram até à data. Assim, tendo em conta que o edifício: Apresenta deficiências no que respeita à segurança e salubridade; Situa-se numa zona central da cidade, numa artéria muito movimentada e junto de uma paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros; Pertence a vários

proprietários que alegam não ter meios para executar as obras, havendo igualmente vários inquilinos, com acrescidas dificuldades de encontrar solução voluntária e consensual para a realização das obras. Propõe-se que se determine a execução coerciva das obras constantes do auto de vistoria, em substituição e a expensas dos proprietários, tomando-se para o efeito posse administrativa daquele imóvel, tudo nos termos do disposto nos artigos. 91º e seguintes do Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03, e pelos artigos 12º a 22º e 28º do Decreto-Lei nº 157/06, de 8/08, alterado pelo Decreto-Lei nº 316/2009 de 23/10”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.02.03. O Vereador César Machado propôs que a proposta fosse retirada por, entretanto, se ter chegado a acordo com os proprietários. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RETIRAR A PROPOSTA.** -----

**REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DO NOROESTE – APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES E ALTERAÇÕES – EMISSÃO DE PARECER PELO ÓRGÃO EXECUTIVO**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: “Com vista a dar cumprimento ao n.º 1 da cláusula 35.ª do Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a Águas do Noroeste, S.A. em 30 de Junho de 2010, esta entidade enviou à Câmara Municipal de Guimarães uma versão do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste para que esta se pronunciasse quanto ao seu conteúdo, através da emissão



do respectivo parecer. Em face desta comunicação foi solicitado à VIMÁGUA, empresa que no Município tem competências delegadas em matéria de abastecimento de água e de saneamento, que analisasse o conteúdo daquele Regulamento e que prestasse ao Município a informação necessária que o habilitasse a emitir o competente parecer final. A VIMÁGUA enviou a informação solicitada na qual consta a análise técnica levada a efeito pelos seus serviços técnicos, bem como os esclarecimentos prestados pela Águas do Noroeste, S.A. às questões que aqueles serviços lhe colocaram, e onde se conclui que poderá a autarquia emitir parecer favorável, condicionado à inclusão, na redacção final do Regulamento, das alterações agora propostas pelos seus serviços. Considerando o supra exposto, poderá ser submetido a parecer favorável da Câmara Municipal, nas condições supra expostas, o Regulamento enviado pela Águas do Noroeste, S.A., que se junta em anexo como doc. 1, juntamente com a informação prestada pela VIMÁGUA, igualmente em anexo como doc. 2." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DO TOURAL E ALAMEDA DE S. DÂMASO** – Presente a seguinte informação do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: **"1. Objecto:** realização de trabalho de acompanhamento arqueológico das obras do Toural e Alameda de S. Dâmaso da freguesia de S. Sebastião. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e

experiência em **arqueologia**; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de acompanhamento arqueológico na figura de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é **o acompanhamento arqueológico que prevê o acompanhamento de todos os trabalhos de escavação decorrente da empreitada referida (requalificação da a praça do Toural, Alameda e Rua de Santo António), nos termos do solicitado pela DRC-n/IGESPAR, nos termos do caderno de encargos em anexo (anexo 1).** b) A despesa anual estima-se em **€24.950 vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.** c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica **2.4.2.07 do plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011.** d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante **a modalidade que se afigura mais correcta e que é a de ajuste directo face à importância em causa.** e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em



economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.03.03.01. O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO DE EXECUÇÃO DA REABILITAÇÃO DA EN 101 E ER 206** – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “Na

sequência de um procedimento concursal por ajuste directo foi adjudicada à JORGE NUNES – UNIPessoal, LDA., a prestação/aquisição de serviços de da elaboração do projecto de execução da reabilitação da E.N.101 (Estrada Nacional 101 no troço entre a Cidade e ponte sobre o rio Ave, Caldas das Taipas) e E.R.206 (Estrada Regional 206 no troço entre a ponte sobre o rio Ave (Brito) e a rotunda de acesso à via Brito / Pevidém). No entanto, e porque ao não estava ainda clarificado se o tipo de contrato estava abrangido pela obrigatoriedade de parecer prévio do órgão executivo, de acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tal parecer não foi submetido à aprovação da Câmara Municipal. Em face do Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passou a considerar-se que todas as prestações e aquisições de serviços de consultoria técnica, nas áreas jurídica, de arquitectura, de engenharia e de informática, devem ser objecto de autorização prévia do Órgão Executivo, pelo que deve ser ratificado o despacho de 27 de Janeiro de 2011 do

Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, que autorizou a abertura do presente procedimento, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato reporta-se à elaboração do projecto de execução da reabilitação da E.N.101 e E.R.206, pressupondo: 1 - a reabilitação da Estrada Nacional 101 no troço entre a Cidade e ponte sobre o rio Ave, Caldas das Taipas com todos os elementos necessários à correcta concretização da solução adoptada em obra, nomeadamente projecto de pavimentações, sinalização, segurança, drenagem de águas pluviais, electricidade, drenagem de águas residuais domésticas e restantes elementos complementares (caderno de encargos, medições e orçamento, plano de segurança e saúde, plano de gestão de resíduos, ...); 2 - a reabilitação da Estrada Regional 206 (nomeadamente através de uma segunda recarga de pavimento) no troço entre a ponte sobre o rio Ave (Brito) e a rotunda de acesso à via Brito / Pevidém com todos os elementos necessários à correcta concretização da solução adoptada em obra, nomeadamente projecto de pavimentações, sinalização, segurança, drenagem de águas pluviais, electricidade, drenagem de águas residuais domésticas e restantes elementos complementares (caderno de encargos, medições e orçamento, plano de segurança e saúde, plano de gestão de resíduos, ...); b) A despesa será de € 24.600,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 3.3.1.1.23 correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato foi através de ajuste directo ao abrigo das alíneas A, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/08 com consulta ao mercado a três entidades. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente



ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.03.03.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ECO-AVE, CIPRL – DISSOLUÇÃO E AQUISIÇÃO DAS ACÇÕES DA ECO-AVE NA VIMÁGUA** – Presente a seguinte proposta: "A

constituição da Cooperativa ECO-AVE, CIPRL foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 17 de Maio de 1996 sob proposta da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 7 de Março de 1996, tendo a respectiva escritura sido celebrada em 16 de Setembro de 1997. Na sequência da criação da empresa municipal VITRUS Ambiente, EM, SA e das competências que o Município de Guimarães lhe delegou, é intenção de todos os Cooperantes da ECO-AVE Sucatas, CIPRL proceder à respectiva liquidação, logo que estejam reunidas as condições para o efeito. A Cooperativa ECO-AVE, CIPRL detém 0,5% do capital social da VIMÁGUA, EIM, SA, correspondendo a 2500 acções, sendo o respectivo valor nominal de €1,00, totalizando, assim, €2500,00. Sendo o Município de Guimarães detentor maioritário do capital social em ambas as participadas e tendo a ECO-AVE apresentado proposta de venda ao Município daquelas acções, propõe-se que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal: 1 – Que o Município de Guimarães seja autorizado a aprovar, em sede da respectiva Assembleia Geral, a dissolução, e consequente liquidação, da Cooperativa ECO-AVE, logo que estejam reunidas as condições para o efeito, nos termos da alínea a), do nº 1, do art. 77º, e nº 3 do art. 78º, ambos do Código Cooperativo, aprovado

pela Lei nº 51/96, de 7 de Setembro. 2 - Que, nos termos da alínea m), do nº 2, do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Município de Guimarães adquira as aludidas acções, pelo valor nominal de €1,00, totalizando, assim, €2500,00". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.01 e na económica 09.07.02. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- FUNDO DE MANEIO – REFORÇO DO FUNDO DE MANEIO DA DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Em reunião realizada em 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal deliberou constituir fundos de maneo para ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas no ano de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.910.1.11) e do n.º 4 do artigo 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do artigo 2º do Regulamento Interno dos Fundos e Maneio. Conforme a referida deliberação, foi constituído um fundo de maneo para a Divisão de Património Municipal, no valor de € 2.000,00 (dois mil euros), para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 11/020225. Não tendo ainda sido proferido despacho quanto ao recurso apresentado pelo Município acerca do exercício de funções dos Notários Privativos das Câmara Municipais, é necessário recorrer a Notários públicos para celebração de escrituras em que o Município de Guimarães é parte e que não se enquadram nos serviços prestados pela "Casa Pronta". Assim, e de modo a suportar o acréscimo com emolumentos notariais, torna-se necessário reforçar o fundo de maneo para taxas e



emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças em mais €1.000,00, passando a ser de €3.000,00 mensais. Submete-se, também à consideração superior que seja acrescentado no conjunto das despesas a realizar por conta do fundo de maneo os pagamentos a efectuar aos Serviços de Finanças relativos aos honorários devidos aos avaliadores em processos de discriminação de imóveis solicitados pelo Município, atendendo a que, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 68º do CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), ficam a cargo do sujeito passivo as despesas da avaliação efectuadas a seu pedido. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 9/2010** – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador António Pereira Pinto, com a categoria profissional de Assistente Operacional (condutor de máquinas pesadas e veículos especiais), aplicando-lhe a pena disciplinar de repreensão escrita. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, COM SETE VOTOS A FAVOR E UM EM BRANCO, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA.** -----

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA ALIMENTAÇÃO E/OU GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2011** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, foi aprovada, por deliberações de 16 de Dezembro de 2010 e 27 de Janeiro último, a proposta de atribuição de verbas às entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, etc.), que têm sob a sua

responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares, para o ano civil de 2011. Assim, e a exemplo do ano transacto, propõe-se que sejam formalizadas em protocolo as parcerias estabelecidas com essas instituições, que asseguram: a colocação de pessoal para vigilância e acompanhamento de alunos em refeitórios ou cantinas escolares, que não dispõem de condições para confecção própria e/ou no transporte para almoço; a alimentação e gestão em refeitórios em funcionamento em estabelecimentos de educação pré-escolar. Para apreciação superior e posterior deliberação em reunião de Câmara junto se anexa listagem nominal das entidades e respectivas minutas dos protocolos". As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2010** – Presente, para aprovação, o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010 da CASFIG, EEM, aprovado em reunião do Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 31 de Março de 2011, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – REALOJAMENTO DE CINCO AGREGADOS FAMILIARES POR RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO, TRANSFERÊNCIA E EXCLUSÃO** – Presente, para aprovação, uma proposta da CASFIG, EEM para realojamento



de cinco agregados familiares por rescisão de contrato de arrendamento, transferência e exclusão, aprovada em reunião do Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 31 de Março de 2011, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa tem cabimento na unidade orgânica 13 e na económica 04.08.02. A informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO – REVOGAÇÃO DAS POSTURAS DE TRÂNSITO ASSOCIADAS À REALIZAÇÃO DA FEIRA SEMANAL NO CAMPO DE S. MAMEDE – ALTERAÇÃO DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DA FEIRA** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por deliberações da Câmara Municipal de 2 de Abril de 2001 e 24 de Novembro de 2005, sancionadas pela Assembleia Municipal em sessões de 27 de Abril de 2001 e 15 de Dezembro de 2005, respectivamente, foram aprovadas alterações de trânsito no Campo de S. Mamede e arruamentos envolventes, decorrentes da realização da feira semanal naquela zona, todas as sextas-feiras de cada semana. Considerando a mudança da feira semanal para o novo recinto, sito na Rua do Mercado Municipal, que ocorreu no início do corrente mês de Março, submete-se à consideração

superior a revogação daquelas posturas por se entender que as mesmas se encontram desenquadradas da actual realidade, designadamente nos seguintes arruamentos: a) – Campo de S. Mamede: anulação da proibição de trânsito e estacionamento à sexta-feira mantendo, contudo, a interdição de trânsito todos os dias, das 21h00 às 07h00; b) – Rua D. Teresa: cessação do condicionamento de trânsito à sexta-feira, entre as 06h00 a as 18h00, no troço compreendido entre o Dispensário Anti-Tuberculose e a Igreja de S. Dâmaso, repondo os dois sentidos de trânsito todos os dias do ano; c) – Rua Duques de Bragança: eliminação do condicionamento de trânsito à sexta-feira, entre as 06h00 e as 18h00, excepto moradores, conservando, no entanto, a proibição de estacionamento, todos os dias, das 21h00 às 07h00”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D.**

**AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Março de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, dos alunos à Sede do Agrupamento, no passado dia 22 de Março. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de Março de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1 Alto da Bandeira à Loja Ponto Já, no passado dia 24 de Março. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**



**TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, de 28 de Março de 2011, que disponibilizou, à Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, o transporte, em autocarro, dos alunos do 4.º ano da EB1 de Penela para a EB1/JI Serrado/Briteiros Santa Leocádia, no próximo dia 28 de Abril. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de transporte para as crianças e jovens residentes nos Bairros de Atouguia e Gondar a Cabeceiras de Bastos, no próximo dia 21 de Abril, no âmbito dos projectos de intervenção social em curso nos referidos bairros. Assim, considerando que se trata de uma actividade que vias proporcionar às crianças e Jovens um conjunto de actividades e visitas lúdico-recreativas e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custos ao motorista a designar”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1/JI de Agras,

freguesia de Gandarela, à Sede do Agrupamento, no próximo dia 13 de Maio. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico e não inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – PARCERIA ABAE/MUNICÍPIO – PROGRAMA ECO-ESCOLAS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “A Câmara Municipal de Guimarães contribui para a implementação do programa Eco-Escolas desde os anos de 2001/2002 e esta parceria tem produzido efeitos positivos ao nível da obtenção do respectivo galardão por parte das escolas aderentes. Os Projectos Eco-Escolas desenvolvidos nas escolas do concelho têm contribuído para uma efectiva sensibilização e consciencialização ambiental através de actividades pedagógicas que, em certa medida, contribuem para uma eco-sustentabilidade na própria escola reduzindo, assim, o impacto no ambiente e os custos no seu funcionamento. Por outro lado, os projectos Eco-Escolas só são possíveis mediante a parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Câmara Municipal de Guimarães. Nestes termos e analisada a parceria mais uma vez proposta no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a assinatura do protocolo (em anexo) entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o Município se compromete a apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas 2010/2011 em €20,00/escola, num total de vinte e uma escolas, perfazendo €420,00 de apoio, conforme proposta em anexo. Para além disso, o Município, posteriormente, compromete-se a atribuir €50,00 por escola premiada. A descrição das despesas afectas a este apoio encontram-se anexas. As



escolas inscritas encontram-se discriminadas também em anexo". O Termo da Parceria e a lista com as escolas inscritas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SILVARES – FESTA DO MENINO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Silvares solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Menino, a realizar entre os passados dias 20 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €25,91 (vinte e cinco euros e noventa e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CREIXOMIL – FESTAS EM HONRA DA SENHORA DA LUZ – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Creixomil solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra da Senhora da Luz, a realizar entre os próximos dias 29 de Abril e 1 de Maio. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €66,94 (sessenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE**

**APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**  
**PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A**  
**REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A**  
**PRESENTE ACTA. -----**